
**IMPASSES TERRITORIAIS:
a disputa pelas terras indígenas em Palmeira dos Índios-AL (2013-2016)**

**TERRITORIAL IMPASSES:
the dispute over indigenous lands in Palmeira dos Índios-AL (2013-2016)**

Luan Moraes dos Santos¹

Resumo

A proposta deste artigo é analisar a história recente da etnia Xukuru-Kariri, evidenciando a presença indígena através do exemplo da retomada territorial da gleba conhecida como Fazenda Jarra, em Palmeira dos Índios – AL. Ainda assim, estudamos as formas de organização política tanto dos índios quanto das elites, sobretudo no que diz respeito ao Movimento Palmeira de todos, ocorrido em 2013. Numa tentativa de elucidar rupturas e continuidades na disputa territorial, utilizamos pressupostos teóricos de Fredrik Barth (1995), Milton Santos (1998) e Manuel Correia de Andrade (2004).

Palavras-chave: Contestação. Elites. Oposição. Territorialidade.

Abstract

The purpose of this article is to analyze the recent history of the Xukuru-Kariri ethnic group, highlighting the indigenous presence through the example of the territorial resumption of the land known as Fazenda Jarra, in Palmeira dos Índios - AL. Even so, we studied the forms of political organization of both the Indians and the elites, especially with regard to the Palmeira de Todos Movement, which took place in 2013. In an attempt to elucidate ruptures and continuities in the territorial dispute, we use theoretical assumptions by Fredrik Barth (1995), Milton Santos (1998) and Manuel Correia de Andrade (2004).

Keywords: Contestation. Elites. Opposition. territoriality.

Considerações iniciais: a dualidade da disputa territorial

A retomada da Fazenda Jarra, ocorrida em 2016 e o Movimento Palmeira de todos, que a precedeu, em 2013, foram dois movimentos que envolveram a posse de terras indígenas. Ocorridos num mesmo contexto, mas carregando ideologias diferentes, estes acontecimentos servem para entender como os conflitos agrários podem se estabelecer tomando formas distintas nas relações socioculturais, em Palmeira dos Índios, município do semiárido alagoano.

Tratar destes dois movimentos que se inserem no contexto da disputa por terras é o nosso objetivo. Não buscaremos confrontá-los, mas perceber as suas dimensões e fronteiras, vislumbrando como ambos os grupos se constituíram devido aos acontecimentos vivenciados no contraste cultural. Para isto, é importante evocar o pensamento barthiano. “O contraste entre “nós” e os “outros” está inscrito na organização da etnicidade: uma alteridade dos demais que está explicitamente relacionada à asserção de diferenças culturais” (BARTH, 1995, p. 16). É,

¹ Licenciado em História pela Universidade Estadual de Alagoas. Mestre em História Social pela Universidade Federal de Alagoas Atualmente é Coordenador Pedagógico do Ensino Médio no Centro Educacional Cristo Redentor, em Palmeira dos Índios-AL.

portanto, pensar a existência desses grupos e de seus conflitos como estando ligada diretamente a não aceitação, por parte das Elites, de que os Indígenas existem em Palmeira dos Índios e da não conformação, por parte dos Indígenas, com a parcela que lhes restou de seu território original.

Mas o que parece ser uma cristalizada dicotomia gerou uma variedade de situações que são vivenciadas em Palmeira dos Índios, como a execução de apresentações dos Indígenas em praças públicas e em cerimônias de posse da equipe gestora do executivo; que politicamente não se posiciona em favor deles. Assim, percebemos que o conflito territorial gerou situações que estão além da pura oposição.

Deste modo, os estudos sobre a etnicidade, amplamente popularizados como uma das bases epistemológicas da Antropologia, também se tornaram uma ferramenta de análise importante para a História. Assim, sabemos que, para além das leis formais, existem regras e procedimentos sociais que regem o convívio social e os grupos criam relações socio-afetivas em torno disso. Afinal:

Barth não concebia os indivíduos como sendo totalmente livres, previsíveis e racionais; ele advogava que os indivíduos manipulam os preceitos sociais a fim de maximizar proveitos, mas que o fazem sob a influência de uma série de fatores de ordem cultural, histórica e ecológica, havendo uma possibilidade constante de inovação (SILVA, 2016, p. 505).

Dessa forma, podemos observar como se dão as relações entre os grupos envolvidos na disputa territorial em torno da possibilidade de demarcação em favor dos indígenas da etnia Xukuru-Kariri. Nesse conflito, os indígenas se apropriaram de sua condição de mistura e estabeleceram relações com outros povos indígenas para reestruturar seus costumes e conseguir o reconhecimento oficial. Buscando compreender melhor essa situação, passemos a estudar um caso de retomada territorial na história recente de Palmeira dos Índios – AL.

Fazenda jarra: contexto e trama no relato de uma retomada

Era domingo, 15 de maio de 2016, quando um grupo de indígenas desaldeados, liderados por Dona Helena Feitosa, entrou e retomou a propriedade denominada “Fazenda Jarra” (cerca de 100 tarefas) reivindicando o direito de retomada daquele território considerado parte da proposta de delimitação territorial que tramita a muito tempo no Ministério Público Federal (MPF) e cuja aplicação nunca fora efetivada.

Dona Helena Feitosa argumentou que a retomada foi pacífica e não causou alarde. Entraram na propriedade ainda à noite. Assustados, os residentes (um casal de caseiros) se muniu de foices, porém os índios explicaram que não houve embate, mas uma conversa. Assim, afirmando terem chegado em paz, os familiares de dona Helena conquistaram o apoio dos funcionários da fazenda.

Mas, foi apenas na manhã de terça feira (17 de maio de 2016) que pudemos conversar calmamente com os índios e visitar a propriedade para entender a necessidade da família e os motivos que os levaram a sair da Aldeia Indígena Fazenda Canto, como uma dissidência, e retomar a gleba territorial escolhida. Curiosamente, os índios asseguraram conhecer o proprietário do local (que entrou com processo na justiça, dois anos depois desses acontecimentos). Dona Helena nos disse que ele se chamava Paulo e fora dono de um pequeno estabelecimento comercial próximo à sede do Tiro de Guerra de Palmeira dos Índios.

Apesar das duas casas existentes na propriedade; uma logo na entrada e outra mais ao fundo, se destacando pelo seu telhado em estilo quatro águas, a fazenda não tinha água de qualidade². Entre uma casa e outra estavam brotando pequenos pés de feijão. Quando chegamos ao local, encontramos os índios utilizando a água de uma cacimba, contudo era imprópria para o consumo, pois estavam com aspecto amarelado do solo argiloso da região. Aos poucos, aquele território começava a tomar a forma daqueles que o estavam habitando, ao mesmo tempo que o modelava. Isso fica evidente, se levarmos em conta as ideias de Milton Santos.

É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro (SANTOS, 1998, p.15).

Portanto, aquele território, antes utilizado na lógica do sistema agrícola convencional, passou a ser cultivado como uma coletividade, própria das comunidades indígenas. A compreensão disto é fundamental para confrontar os conceitos que Milton Santos (1998) elencou. A alienação, a perda do sentido existencial da coletividade indígena, dão lugar a novas relações culturais, permeadas pelo contexto do conflito, pela ruptura com a dominação vigente e a continuidade do mesmo conflito. É nesse sentido, de que “A formação de um território dá

²Considerando que as visitas foram realizadas entre 17 e 21 de maio de 2016, a situação da Fazenda Jarra já mudou consideravelmente, contando com criações de cabras e com caixas d’água.

as pessoas que nele habitam a consciência de sua participação [...]” (ANDRADE, 2004, p. 20). Tendo em vista estes entendimentos, apresentamos, na prancha³ fotográfica que segue, imagens dos indígenas durante a retomada da Fazenda Jarra.

Prancha 1 – Índios na Fazenda Jarra em maio de 2016



³ Busco, neste trabalho, utilizar os procedimentos analíticos desenvolvidos por Gregory Bateson e Margareth Mead ao observar imagens em sua pesquisa antropológica sobre o caráter Balinês. Sobre isto, sugiro ver: FREIRE, Marcius. Gregory Bateson, Margaret Mead e o caráter balinês. Notas sobre os procedimentos de observação fotográfica em Balinese Character. A Photographic Analysis. In: *ALCEU*. v.7 - n.13 - p. 60 a 72 - jul./dez. 2006.

Na imagem 1, podemos observar o núcleo humano da retomada, formado por Dona Helena, seu marido, Antônio e uma mulher membro da família. A casa da entrada estava fechada, então os indígenas amontoaram seus pertences na frente da casa, como podemos observar nas imagens 1, 2 e 4. Eles pernoveram embaixo do alpendre da casa maior; colchões e lençóis estavam amotinados nos cantos e na entrada da residência. O piso do lado de fora era vermelho, porém desgastado revelando aqui e ali o miolo de barro e alguns afundamentos.

Tinham improvisado um fogão com tijolos e latas. Estavam cozinhando com a água que dispunham. Reparámos que um senhor estava sentado no rodapé da casa, fabricando um cachimbo (imagem 2), ele utilizava uma furadeira cujo som ecoava, dificultando a conversa que travávamos com dona Helena. No mais, a estrada que passa de frente a propriedade, embora de barro batido, é uma via muito útil, tendo transporte para o centro da cidade.

É importante ressaltar que, ao serem perguntados se queriam ser fotografados, ficaram logo de prontidão e posaram para as fotografias que você pode ver. Quando questionada sobre o porquê da escolha daquela propriedade para retomar, dona Helena respondeu que conhecia o dono, não dando mais explicações. Quanto às necessidades que os levaram a realizar retomadas, a senhora esclareceu que tinha problemas familiares com os índios residentes na Aldeia Riacho Fundo (outro aldeamento da região também da etnia Xukuru-Kariri), e não estavam conseguindo usufruir dos direitos à saúde por conta de sua condição de desaldeada.

Esclareceu ainda que vivia de aluguel no bairro Xucurús, zona periférica da cidade (comumente habitado por indígenas desaldeados) e sem ter nenhuma área para plantar ou criar sequer uma galinha.⁴ A dificuldade de acesso à saúde e os problemas políticos da situação apareceram em documentos da Procuradoria da República em Arapiraca, como podemos perceber no trecho abaixo:

Aos 10 dias do mês de março de 2016, às 11:30h, na Procuradoria da República no Município de Arapiraca/AL compareceu a declarante acima identificada, acompanhada de dois filhos [...], na qual prestou as seguintes declarações; **QUE**, é índia Xucuru Kariri nascida e criada na aldeia Fazenda Canto no município de Palmeira dos Índios **QUE**, [...] ela e seus familiares estão fora da aldeia de origem para ocupar a fazenda Riacho Fundo de Meio, interior da terra indígena [...] que vem sofrendo discriminação por parte dos parentes líderes e familiares que ficaram na aldeia, [...] desde então vem tendo dificuldades com o atendimento da saúde feito pela

⁴ Esse conflito interno também foi levado à justiça. Documentos da Procuradoria da República em Arapiraca, dão conta de que a FUNAI não prestou a assistência necessária a dona Helena e seus familiares.

SESAI⁵ e com as cestas básicas de responsabilidade da FUNAI [...], agora lhes é exigido uma declaração da FUNAI de que são índios desaldeados [...], se recusa a fazer tal declaração alegando que não trabalha para índios desaldeados [...] (PROCURADORIA DA REPÚBLICA, 2016, p. 1).

O documento nos revela, para além do conflito territorial, problemas sobre a organização do movimento indígena, a exemplo a citada rejeição por parte de seus parentes que ocuparam Riacho Fundo. Outras dificuldades de ordem sócio-política são também ocasionadas pela falta de assistência da FUNAI, nesses casos; como o atendimento médico ser condicionado à existência de declaração ou documento comprobatório de que se tratam, ou não, de indígenas. A falta de apoio motivou Dona Helena e sua família a retomar e, posteriormente, organizar um novo aldeamento (o que hoje, conhecemos como Fazenda Jarra).

Sobre a assistência da FUNAI, Dona Helena nos falou que já havia encaminhado vários ofícios de denúncias ao órgão. A resposta que obtinha era de que não poderia ser atendida por não residir numa aldeia reconhecida. Seu Antônio estava a finalizar o cachimbo que causava tanto barulho. Em meio à conversa (que não gravamos a pedido de dona Helena), um grupo de jovens que ajudou na retomada estava trazendo água potável. Encontraram apoio na Aldeia Indígena Fazenda Canto, por conta da proximidade (leva-se cerca de 8 a 10min para chegar à área de retomada a partir da Aldeia).

Dona Helena falou que antes de retomarem a área, já tinham uma agenda de reivindicações e que estavam se organizando a cerca de 17 anos. Já seu Antônio (o esposo) nos contou que a prioridade naquele momento era captar água para a propriedade, pois pretendiam plantar hortaliças. Finalizamos a conversa às 10h:44min. Depois de um café, fomos convidados a voltar à propriedade no sábado.

Como havíamos prometido, retornamos no sábado. Ao entrarmos na fazenda Jarra, não encontramos dona Helena. Fomos recebidos pelo seu filho mais velho. Ele nos convidou para sentar e conversar na lateral da casa. Reparámos que haviam melhorado o fogão; o reconstruíram com cimento e tijolos e usavam madeira para alimentar as chamas. Nos falou que, minutos antes, um grupo de indígenas precisou se ausentar, pois tinham prometido a dona Helena, que comprariam mangueiras para conduzir água potável até o local.

O filho de dona Helena nos falou que morava de aluguel e já trabalhou nos estados de São Paulo e Mato Grosso. Nos falou, também, da importância desse território para sua família

⁵ Secretaria Especial de Saúde Indígena.

e da liberdade que adquiriram ao se livrar do aluguel. Perguntamos se existia alguma reserva de mata na propriedade e ele nos disse que sim, e falou que já é uma unanimidade a preservação dessa mata para os rituais e para extração de material para fazer maracás, cachimbos e outras peças, além da variedade das ervas medicinais que pretendiam aproveitar.

Os caseiros já haviam se retirado da propriedade e os índios se alojaram na casa. A casa mais próxima à entrada também já havia sido ocupada por outra família de índios convidada pelo grupo de dona Helena. Um ponto bastante curioso, pois, a política de alianças parental estabelecida pelos índios Xukuru-Kariri se baseia no casamento e afinidade ideológica. Assim, não apenas laços sanguíneos são levados em conta, mas os casamentos e famílias que simpatizam entre si, mantêm laços de amizade política e social. Também ficamos sabendo que o posseiro esteve no local se reunindo com os indígenas e não mostrou resistência, só declarou que queria receber os direitos pela terra e saber da articulação com a FUNAI.

Algumas cabeças de gado entre elas uma vaca parida e também dois equinos de propriedade do senhor Paulo estavam ainda no local. Os indígenas cuidaram desses animais até que o dono decidiu lhes dar um destino. Dona Helena chegou. Nos ofereceu café e, entre uma xícara e outra, conversamos sobre as condições da propriedade. Desta vez, outro índio estava fazendo um Maracá.

Passados dois anos da retomada territorial, em 2018, Paulo Antônio da Silva, o posseiro, entrou com processo de reintegração de posse do território da Fazenda Jarra. Alegando ter sido expulso de forma truculenta, afirmou que teve considerável prejuízo, pois o gado que tinha na área teve de ser retirado às pressas e por isso morreu. De acordo com reportagens locais⁶, o fazendeiro esteve acompanhado de várias testemunhas, também fazendeiros que estão sustentando seu discurso. Porém, a justiça não se pronunciou sobre o assunto, restando o questionamento: porque só decidiu entrar em litígio com os índios dois anos depois? Um indicio dessa organização entre posseiros se deu em decorrência de um evento ocorrido três anos antes da retomada da Fazenda Jarra: O Movimento Palmeira de Todos, que reuniu fazendeiros e posseiros em oposição aos indígenas.

Movimento Palmeira de Todos: quando os posseiros se reuniram

⁶ A mídia local, que vive de anúncios de empresários e posseiros da região, abordou a temática de maneira bem parcial. Para entender melhor o contexto, sugiro ler uma das reportagens: RÁDIO SAMPAIO. Agricultor recorre a Justiça Federal para reaver terra em Palmeira dos Índios. Disponível em: <http://radiosampaio.com.br/agricultor-recorre-a-justica-federal-para-reaver-terra-em-palmeira-dos-indios/> acesso em 27/05/2018.

Para entender porque o senhor Paulo decidiu se revoltar contra os indígenas que retomaram as terras que ele possuía, é necessário regredir historicamente ao movimento concebido pelos posseiros da região. Voltemos ao ano de 2013, para entender essa curiosa situação. Onde os posseiros, mesmo sabendo que as terras que ocupam são de origem indígena, se reuniram em protesto buscando apoio da população.

Carros de som declamavam por todos os lados: “A FUNAI é uma ameaça! Juntem-se a nós e defendam seus direitos! Não à Demarcação!” Era 20 de agosto do ano de 2013. Palmeira dos Índios havia amanhecido ensolarada e hiperativa naquele dia. Era o aniversário de emancipação política, momento de comemoração não só para o município, mas também para os fazendeiros da região que se dispunham de maneira aberta a cooptar a população para defender seu ponto de vista, num ato público que denominavam “Movimento Palmeira de Todos”.

Uma semana antes, garotos distribuía panfletos (foto 5) freneticamente. Em tom de convocação, a mensagem impressa no papel apelava para que a população se fizesse presente nesse ato, anunciado como a única forma de proteger a cidade do atraso econômico e da maldade da FUNAI. As estações de rádio, em seus principais programas jornalísticos, anunciavam o movimento como uma ação pública do interesse de todos. Observe o panfleto do tal movimento, organizado na prancha a seguir.

Prancha 2 – Panfleto do Movimento Palmeira de Todos



Nesse panfleto constavam as seguintes inscrições: “Movimento Palmeira de Todos! Ato público da sociedade de Palmeira dos Índios.” Incluir-se-ia também aos apoiadores do movimento, organizações sindicais que representavam os principais segmentos econômicos do município entre eles políticos e magistrados, convocavam também os moradores das zonas urbana e rural. Um dos monumentos de grande relevância cultural⁷ da cidade estava encoberto por faixas que continham mensagens contra a demarcação.

A “casa museu” (Imagem 1), como é conhecida a residência onde morou o escritor Graciliano Ramos permanece ainda com estilo e arquitetura do início do século XX, suas janelas e portas são de madeira, no estilo comum das primeiras décadas do século XX. No seu quintal fora feito um auditório, que há época do evento, estava abandonado. Atualmente, a prefeitura de Palmeira dos Índios utiliza o local para palestras, aulas de música, peças teatrais e outras atividades da esfera cultural.

Imagem 1 – Casa Museu Graciliano Ramos em 20 de agosto de 2013.

⁷ A casa que hoje é sede de um museu dedicado a Graciliano Ramos, foi a morada de seus pais e também a sua entre os anos 1920 e 1930.



Fonte: acervo pessoal do autor.

Naquela ocasião, um aglomerado de pessoas conversava desenfreadamente na calçada; falavam de tudo (da colheita, da vida dos vizinhos, dos filhos, das novelas etc.) menos da demarcação, estavam por lá e pouco sabiam sobre o tema (permaneciam na crença de que perderiam suas terras caso ocorresse demarcação), esperavam pelo prefeito do município e seus apoiadores. Duas horas haviam se passado, e nada do prefeito aparecer. Cães perambulavam pelas ruas. Era feriado.

Os carros de som anunciaram a chegada dos representantes dos sindicatos e demais elites locais. Começaram discursando sobre o disparate da demarcação e os malefícios acarretados com a desapropriação das terras dos pequenos produtores. Sob a alegação de defender os menos favorecidos proferiam incendiados discursos.

Após uma hora desses discursos, o prefeito foi anunciado. Todo arrumado, de terno, gravata, acompanhado é claro, de um ar de superioridade e perigo. Os advogados discursaram em apoio à causa dos posseiros, dizendo ser contra a lei tal delimitação territorial. Aquilo tudo parecia um teatro e uma cena muito comum era representada. Lá estavam o prefeito, seu

cunhado deputado – um figurão de aparência truculenta, conhecido na região por sua ligação com uma empresa de rádio local –, como de costume, estavam rodeados de assessores e simpatizantes. Tinha fazendeiro que cogitava atear fogo na propriedade caso fosse ameaçado, o argumento mais utilizado era o de que os indígenas são preguiçosos e não cultivariam a terra – isso foi proferido aos gritos⁸.

Naquela terça-feira, em que os posseiros e seus simpatizantes se organizaram contra a eminência de demarcação de terras em Palmeira dos Índios – AL, se comemorava 124 anos da emancipação política do município. Nem mesmo às festividades ocasionadas pelo feriado municipal foram suficientes para acalmar os ânimos. Acharam cabível aproveitar a data para realizar uma mobilização contra o reconhecimento e demarcações de terras indígenas pertencentes à etnia dos Xukuru-Kariri.

A Casa Museu de Graciliano Ramos foi o local escolhido para a concentração dos participantes do manifesto. Escolhida, sobretudo, pela influência de seu nome e por ser, um dos principais pontos turísticos e históricos da cidade. Em uma das diversas falas proferidas no local, destacamos a seguinte afirmativa: “o Brasil é desorganizado e quer fazer com Palmeira o que fez com Águas Belas e Raposa Serra do Sol, fica tirando as terra da gente e quer dar aos índio preguiçosos que não trabalham, vamos acabar com essa maloqueragem” (PALMEIRA DOS ÍNDIOS, 2013).

Argumentos como esse ancoram-se, basicamente, na afirmação de que não existem indígenas na região e na classificação dos habitantes das aldeias pelo critério de pureza racial. Fazem referência às características físicas, ressaltando aquelas que ultrapassam os seus limitados conhecimentos. Como bem afirmou Edson Silva (2008) “Amparados pela legislação e utilizando regras estabelecidas por eles próprios, os grandes fazendeiros, pouco a pouco, com a ocupação de cargos, foram impondo o controle político hegemônico [...]” (SILVA, 2008, p.113). Deste modo, fica evidente como se dá o jogo de interesses no campo político local.

Para manter o *status quo*, buscaram apoio de políticos, padres, advogados entre outros que fazem parte de segmentos privilegiados da população e assim alcançam o público maciçamente. Percebemos que não foi por acaso que um ponto turístico de tamanha relevância foi utilizado como sustentáculo de divulgação dos argumentos contra demarcação. A imagem

⁸ O autor esteve presente na culminância do Movimento Palmeira de todos, durante todos os discursos das Elites, no dia 20 de agosto de 2013.

de Graciliano Ramos é constantemente associada ao itinerário da elite local, numa tentativa de dar credibilidade e prestígio ao mandonismo político e cultural vigente.

Considerações finais: dias de um conflito sem fim

No decorrer desta discussão, evidenciamos que a disputa territorial saiu do campo físico para o ideológico. Os posseiros buscaram apoio popular. As lideranças do Movimento Palmeira de Todos jogaram suas peças no tabuleiro: rádios, jornais e demais mídias. Podendo atingir o público maciçamente. Assim, a população que não está envolvida no processo demarcatório, é convocada, como no período eleitoral: para fazer volume. Por outro lado, os indígenas continuaram se organizando para exigir direitos constitucionais.

Deste modo, podemos observar, que ambos os grupos se mobilizaram a partir do mesmo contexto: o da disputa territorial. São mais que opostos, são partidos e ideologias em combate. Desse entrechoque de concepções sobre um mesmo problema, surgiram movimentos com métodos e objetivos próprios, comprovando que os povos indígenas se transfiguraram diante das demandas sociopolíticas de sua época. Cada qual com a sua territorialidade.

Mas, ao mesmo tempo, as Elites político-latifundiárias também passaram por processo semelhante, uma vez que estiveram “[...] compartilhando uma mesma zona, distribuições e fronteiras superpostas, fluidas” (VILLAR, 2004, p. 68). É, portanto, da continuidade dessas fronteiras que a história de Palmeira dos Índios é estruturada pois esses grupos transcendem uma acepção puramente maniqueísta e se relacionam no conflito contínuo.

Em outras palavras, Palmeira dos Índios é um ponto de confluência histórica, política, econômica e social para ambos os grupos. Assim, a disputa territorial adquire mais que um viés conflituoso, o que corrobora com as teorias da etnicidade de Barth (1995). Quando afirma que “Pensar a etnicidade em relação a um grupo e sua cultura é como tentar bater palmas com uma mão só[...]” (BARTH, 1995, p. 16). Assim, é impossível a este trabalho ser concluído sem levar em conta, que o comportamento desses grupos diante do conflito não foi totalmente previsível; pois o que parecia ser um isolamento, foi ponto de partida para a inovação das normas sociais.

A constante reinvenção das tradições, pelo contraste social é “[...] essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição [...]” (HOBSBAWM; RANGER, 2008, p. 11). E assim,

uma série de elementos políticos, culturais, sociais e históricos herdados nessas relações de troca foram afixados e são atualizados constantemente nos dias atuais.

Para concluir, podemos dizer que os posseiros, do mesmo modo, como os indígenas também usufruem de uma ampla rede de relações que lhes facilita a manutenção da sua influência na região. Uma rede facilitada pelos apadrinhamentos políticos e o domínio da máquina pública. Prova disso é, que apenas a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988⁹, os indígenas tiveram espaço na lei, mesmo diante de setores conservadores que se mantêm no poder.

Situação que ilustra bem o posicionamento dos posseiros, ao serem eles os membros dessa Elite Político-Latifundiária, estão sempre questionando o que, e como de fato devem ser os índios. “Como um eixo nessa agenda de dominação, as elites empregaram noções deterministas de “indianidade”, dos pontos de vista biológico e cultural, para legitimar o poder e justificar as desigualdades sociais” (GARFIELD, 2011, p. 17). Essas noções, criam um senso comum, difícil de ser superado.

Assim, no rastro deste discurso, vimos como se desenvolve politicamente os movimentos de reivindicação e retomada das terras indígenas Xukuru-Kariri, em Palmeira dos Índios, a exemplo da Fazenda Jarra. Se estudamos movimentos de retomada territorial, percebendo as tensões internas do grupo dos indígenas, também vimos como as Elites político-latifundiárias se organizaram para manter seu domínio sob os territórios passíveis de demarcação territorial.

Discutimos ainda, como as relações de conflito se dão em um mesmo território e como influenciam na formação de uma territorialidade pautada na mistura cultural. Esses grupos, mesmo disputando um território, acabam por interagir entre eles o que facilitou a situação de troca cultural. Isso tornou Palmeira dos Índios um ambiente de pesquisa tenso e, ao mesmo tempo, interessante para se verificar as variações das teorias da etnicidade e como isso influencia nos processos históricos, políticos e socioculturais.

Por fim, partindo dos processos de organização de formação de movimentos políticos entre índios e posseiros, este artigo buscou discutir questões sociais lançando mão de conceitos interdisciplinares para elucidar a situação histórica do município de Palmeira dos Índios em vista da disputa territorial. O campo de pesquisa permanece aberto, uma vez que o governo

⁹ Após difíceis negociações durante a assembleia constituinte (1986-1988), os índios conseguiram a inclusão dos artigos 231 e 232 que não só reconhecem a presença indígena no Brasil, mas lhes garante a autonomia para viver em seus territórios e a possibilidade de novas demarcações territoriais.

paralisou o processo de demarcação das terras indígenas e a FUNAI perdeu força política no governo atual. Resta, por último, uma pergunta: Quando isso irá terminar?

Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 20.

BARTH, Fredrik. Etnicidade e o conceito de cultura. In: **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política**. n. 1 (2. sem. 95). Niterói: EdUFF, 1995, p. 16.

FREIRE, Marcius. Gregory Bateson, Margaret Mead e o caráter balinês. Notas sobre os procedimentos de observação fotográfica em Balinese Character. A Photographic Analysis. In: **ALCEU**. v.7 - n.13 - p. 60 a 72 - jul./dez. 2006.

GARFIELD, Seth. **A luta indígena no coração do Brasil: política indigenista, a Marcha para o Oeste e os índios xavante (1937 – 1988)**. Tradução Claudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 17.

HOBBSAWM, Eric. J; RANGER, Terence. (Orgs.) **A invenção das tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 11.

PALMEIRA DOS ÍNDIOS. **Movimento Palmeira de Todos: não a demarcação da FUNAI**. 2013.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA. **Declarante Helena Maria Feitosa**. Arapiraca – AL: Ministério Público Federal, 2016.

RÁDIO SAMPAIO. **Agricultor recorre a Justiça Federal para reaver terra em Palmeira dos Índios**. Disponível em:
<http://radiosampaio.com.br/agricultor-recorre-a-justica-federal-para-reaver-terra-em-palmeira-dos-indios/>
acesso em 27/05/2018.

SANTOS, Milton. O retorno do território. IN: SANTOS, Milton. SOUZA, Maria Adélia A. de. SILVEIRA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação**. 4ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1998, p. 15.

SILVA, Edson Hely. **Xucuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1959-1988**. Orientador: John Manuel Monteiro. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP: UNICAMP, 2008, p. 113.

SILVA, Luís. Obituário. Fredrik Barth (1928 – 2016). In: **Análise Social**, 219, li (2.º). Edição propriedade: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa: 2016, p. 505. Disponível em:

SANTOS, Luan Moraes dos. Impasses territoriais: a disputa pelas terras indígenas em Palmeira dos Índios-AL (2013-2016). **Revista de Estudos Indígenas de Alagoas – Campiô**. Palmeira dos Índios, v. 1, n. 2, p. 44-58. 2022.

http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_219_obit03.pdvf
Acesso em: 05/12/2018.

VILLAR, Diego. Uma abordagem crítica do conceito de “etnicidade” na obra de Fredrik Barth.
In: **Maná**. (1):165-192, 2004, p. 68. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132004000100006
Acesso em: 05/12/2018